

# A base do terrorismo é a África do Sul

O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, ofereceu no sábado uma recepção ao Corpo Diplomático e Organizações Internacionais acreditadas no nosso País, por ocasião do Novo Ano.

Durante a recepção, que decorreu nas instalações do Parque de Campismo e à qual estiveram presentes membros da Comissão Permanente da Assembleia Popular e do Conselho de Ministros, o Presidente Samora Machel proferiu um discurso dirigido aos seus convidados, cujo texto é o que se segue:

**noticias**

Segunda-feira, 6 de Janeiro de 1986

Mais uma vez estamos hoje juntos por ocasião do fim-do-ano.

A vossa presença aqui, entre nós, no limiar do Ano Novo, já se tornou uma tradição que ultrapassa o mero formalismo protocolar. A vossa presença assume a dimensão do diálogo necessário entre os Estados membros da Comunidade Internacional.

As palavras de apreço, de amizade e de solidariedade que nos dirigiu o Decano do Corpo Diplomático, em nome da Comunidade Diplomática em Moçambique, testemunham bem a vossa apreciação sobre a realidade actual da República Popular de Moçambique. Expressam também o progresso que temos realizado nas nossas relações com os países que Vossas Excelências aqui tão dignamente representam.

Senhores membros  
do Corpo Diplomático,

Celebrámos em 25 de Junho de 1985 os dez anos da nossa Independência Nacional, sob o signo da guerra que nos é imposta do exterior e dos efeitos avassaladores das calamidades naturais.

Vossas Excelências tiveram a oportunidade de testemunhar que, apesar destas adversidades, o Povo moçambicano assinalou esta efeméride com alegria e dignidade de um povo independente, orgulhoso da sua história e determinado a prosseguir, com firmeza, o caminho traçado pelo seu Partido e Estado.

Gostaríamos de sublinhar quanto o nosso povo apreciou a vossa participação nos festejos da Independência Nacional, partilhando da nossa alegria e das nossas vitórias.

Senhores membros  
do Corpo Diplomático,

Durante o ano de 1985 ultrapassámos algumas das situações mais críticas provocadas pelas secas prolongadas. Isto não significa, contudo, uma melhoria substancial na situação alimentar do nosso povo. Os efeitos das secas, que se prolongarão ainda por vários anos, fazem-se sentir com mais agudeza nas províncias de Gaza, Inhambane e Tete.

Registamos com alto apreço a ajuda humanitária, em particular a alimentar, que nos tem sido prestada pela Comunidade Internacional para melhor enfrentarmos a situação de emergência provocada pelas calamidades naturais. Apreciamos igualmente o apoio solidário dado na materialização de programas regulares de cooperação com diferentes países, agências do sistema das Nações Unidas e Organizações não-governamentais.

Este apoio substancial tem incidido sobretudo na reabilitação de estradas, pontes, linhas de transporte de energia e sistemas de abastecimento de água; na assistência medicamentosa, aquisição de material e de equipamento hospitalar; na aquisição de sementes, pesticidas, combustíveis e equipamento agrícola; no reforço logístico e organizativo das instituições vocacionadas à prevenção e combate das calamidades naturais.

A crescente contribuição da Comunidade Internacional tem sido importante para minimizar os efeitos das calamidades. Pedimos que sejam portadores junto dos vossos Governos e Organizações, do profundo agradecimento do Governo e Povo moçambicanos por esta assistência de grande alcance humanitário.

Estamos certos que a solidariedade da Comunidade Internacional para com a República Popular de Moçambique, continuará a manifestar-se e será reforçada.

A República Popular de Moçambique necessita ainda de apoio substancial da Comunidade Internacional para vencer a situação de emergência existente em algumas zonas do País e reabilitar sectores produtivos e sociais que permitam estabelecer a capacidade interna indispensável à satisfação das necessidades prementes do Povo moçambicano.

Consideramos fundamental que esse apoio ganhe maior dimensão e amplitude, permitindo não só a sobrevivência imediata das populações, mas também a criação das condições materiais necessárias à recuperação económica. Só assim venceremos, em definitivo, a situação de emergência. Para além das vítimas das calamidades naturais, todos os dias se apresentam às autoridades numerosos cidadãos que se libertam do cativeiro a que foram forçados pelos bandidos armados. As condições sub-humanas em que se apresentam são a evidência da crueldade do terrorismo que nos é movido do exterior.

Esta situação assume proporções de uma verdadeira calamidade, pelo que urge incrementar a assistência internacional no processo de reintegração económica e social das populações.

As vítimas desta nova calamidade são consequência das acções do banditismo armado, cuja persistência em 1985 se deveu fundamentalmente ao incumprimento do Acordo de Nkomati, pela África do Sul.

O nosso povo ama a paz e é pela paz que se bate heroicamente de armas na mão.

Estamos conscientes de que lutar contra o banditismo armado é lutar pela paz, é criar as bases sociais para o desenvolvimento.

A nossa ofensiva militar permitiu, em 1985, infligir pesadas derrotas aos bandidos armados. A destruição das suas principais posições e a desarticulação da sua acção, tem permitido criar condições para o restabelecimento da tranquilidade em várias zonas do nosso País.

Através da nossa acção diplomática, demonstrámos, com factos, à Comunidade Internacional que a base principal do banditismo armado, do terrorismo, é a África do Sul. Este facto tornou-se particularmente evidente pelo conteúdo dos documentos apreendidos em Gorongosa.

A guerra pela total e completa liquidação do banditismo armado é global. Ela é militar, económica, política e diplomática.

A ofensiva militar em curso tem-nos, no entanto, revelado que a frente militar é decisiva neste combate.

Intensificaremos e generalizaremos, no corrente ano, a ofensiva militar. Seremos implacáveis e intransigentes para com os bandidos armados que persistirem na via do crime contra o nosso povo e Estado Popular.

Como é nossa tradição, o Estado moçambicano aplicará a política de clemência em relação àqueles que se entregarem às nossas autoridades com as armas e abandonarem a senda do crime. O Estado empenhar-se-á na reintegração destes na nação moçambicana e para isso contamos com o apoio da Comunidade Internacional.

Senhores membros  
do Corpo Diplomático,

Encontramo-nos no limiar do Ano Internacional da Paz. Importa que

façamos uma breve reflexão sobre o actual momento político internacional para situarmos correctamente as causas que impedem que a paz seja uma realidade concreta neste mundo ainda fustigado de conflitos e guerras locais.

Como já sublinhámos, a paz não significa apenas a ausência de guerra, mas a eliminação das suas causas.

Na África Austral, a instabilidade e as causas da teneção continuam a radicar na natureza do regime do «apartheid» na África do Sul.

O ciclo da violência na África Austral tem conhecido um ascendente progressivo. As constantes ameaças de agressão por parte do regime de Pretória contra os países vizinhos, faz antever uma onda de violência de proporções imprevisíveis.

As constantes agressões e invasões pela África do Sul ao território soberano da República Popular de Angola, no decurso do ano findo, constituíram violações flagrantes ao Compromisso de Lusaka pela África do Sul.

O Reino do Lesoto e a República do Botswana têm sido também alvo da acção desestabilizadora e subversiva sul-africana.

Associamo-nos à Comunidade Internacional na condenação destas acções. Instamos a África do Sul a que cumpra as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É necessário parar o aventureirismo bélico dos círculos mais retrógrados sul-africanos, no interesse da paz na África Austral e no Mundo.

Temos acompanhado com emoção o crescendo da luta popular na África do Sul pela eliminação do «apartheid». A bravura, a coragem e a determinação do Povo sul-africano que, de mãos nuas, enfrenta a poderosa máquina de guerra do «apartheid», tem granjeado a admiração do Mundo inteiro.

Hoje, brancos, negros, mulatos, indianos, cidadãos de todas as cores, raças, religiões e independentemente da sua condição social, juntos marcham contra o aparelho repressivo sul-africano, não temendo as armas assassinas do «apartheid».

Os milhares de cidadãos assassina-dos representam hoje a imagem viva da continuidade dos heróis da libertação de África.

A libertação incondicional de Nelson Mandela, símbolo da resistência e luta do Povo sul-africano, e de outros presos políticos, constitui a premissa básica para se iniciar a etapa conducente ao fim da violência e do «apartheid» na África do Sul.

O ANC, cuja fundação remonta ao ano 1912, representa as aspirações de todo o Povo sul-africano que luta pela igualdade, justiça, democracia e para que a África do Sul seja a Pátria de todos sem discriminação de cor, raça ou religião.

Na Carta da Liberdade estão consubstanciados estes nobres ideais, que são aspiração de toda a Humanidade. O ANC constitui assim a força principal para a solução da questão sul-africana.

A Namíbia continua a ser a última sobrevivência do colonialismo na África Austral. Esta situação inaceitável deve-se a intransigência do regime sul-africano, que mantém a ocupação ilegal da Namíbia e se recusa a implementar a Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A teoria do «linkage» que condiciona a liberdade e independência do Povo da Namíbia à retirada das tropas internacionalistas cubanas em Angola, não constitui senão um argumento falacioso para retardar a materialização desta resolução.

Por outro lado, a continuação da ocupação da Namíbia visa afastar a atenção da Comunidade Internacional sobre a questão fundamental que é o «apartheid».

Na verdade, uma vez a Namíbia independente, o único problema que será alvo das atenções internacionais, será o fim do «apartheid».

O «apartheid» é um mal que deve ser extirpado do nosso Continente. Só assim é que podemos inaugurar em toda a África Austral e na África no seu todo, uma era de paz, de cooperação, de tranquilidade e de construção do bem-estar e felicidade para todos os seus habitantes.

Urge, pois, que a Comunidade Internacional actue em relação à África do Sul no sentido de impedir o agravamento do clima de tensão e guerra existente, e de favorecer as tendências para o desanuviamento, o diálogo, o respeito pela integridade territorial, independência e soberania dos Estados desta zona do nosso Continente.

Senhores membros  
do Corpo Diplomático,

Os focos de tensão e de guerra ameaçam também a paz e segurança internacionais, noutras áreas do nosso planeta.

No Sahara Ocidental continua aceso o conflito que tem preocupado a Organização de Unidade Africana e a Comunidade Internacional.

Defendemos firmemente a realização de negociações entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO, com

base nas resoluções pertinentes da Organização de Unidade Africana e das Nações Unidas.

No Médio Oriente apoiamos a luta do Povo palestino, dirigido pela OLP, com vista à materialização dos seus direitos legítimos e inalienáveis que incluem a criação de um Estado palestino soberano, livre e independente.

Partilhamos da preocupação da Comunidade Internacional em relação à continuação da guerra entre o Irão e o Iraque. Fazemos votos para que em 1986 prevaleça o bom senso e o espírito de concórdia para que se ponha termo à guerra do Golfo.

Na Ásia, preocupamo-nos com a situação prevalente em Timor-Leste, onde a voz do Povo maubere continua a ser silenciada pela força e o seu legítimo direito à autodeterminação. Exigimos a retirada das tropas indonésias do território maubere, que promovem o sistemático genocídio do Povo de Timor-Leste.

Saudamos e apoiamos os esforços do Governo da República Popular Democrática da Coreia com vista à reunificação pacífica da Pátria coreana.

Saudamos igualmente o advento de governos democráticos na América Latina, em alguns países onde, outrora, os seus povos foram dominados por ditaduras militares sangrentas.

Constatamos, por outro lado, que

não se registaram melhorias na situação da Nicarágua, que continua a ser vítima da acção de bandos armados. Apoiamos as iniciativas do Governo de Manágua em busca de uma solução pacífica.

Senhores membros  
do Corpo Diplomático,  
Minhas Senhoras e  
Meus Senhores,

A luta pelo desarmamento continua a ser uma alta prioridade da Comunidade Internacional. Do desarmamento geral e completo depende não só o progresso, como a própria sobrevivência da espécie humana.

A República Popular de Moçambique saúda o espírito positivo que prevaleceu nas conversações de Genebra, entre os líderes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e dos Estados Unidos da América com o objectivo de se alcançar a compreensão mútua e encontrar soluções para o fim da corrida armamentista e da militarização do Cosmos, no interesse de toda a Humanidade.

Saudamos e encorajamos a linha do diálogo iniciada em Genebra e a sua continuação que contribui para atenuar o clima de tensão nas relações internacionais e reforçar o diálogo e o entendimento entre os Estados de sistemas sócio-económicos diferentes.

Excelências,

No quadro do nosso trabalho, com vista a reforçar as relações de amizade e cooperação entre os povos e Estados, a República Popular de Moçambique desenvolveu, em 1985, uma intensa actividade diplomática de âmbito bilateral e multilateral.

Fizemos visitas ao mais alto nível aos Estados Unidos da América, à Grã-Bretanha, ao Estado do Vaticano e à Itália.

No Zaire, participámos nas celebrações do vigésimo aniversário da Segunda República. Efectuámos visitas de trabalho à República Unida da Tanzânia, à República da Zâmbia e à República do Zimbábue.

Participámos nas cerimónias fúnebres do malgrado Secretário-Geral do PCUS, Konstantin Tchernenko.

Tivemos a honra de sermos anfitriões da Cimeira da Linha da Frente realizada, em Maputo, em Setembro último, em que o Presidente Kenneth Kaunda foi eleito novo Presidente, em consequência da retirada voluntária do Presidente Mwalimu Julius Kambarage Nyerere, da Direcção do Estado tanzaniano.

Recebemos em visita de trabalho o ilustre Presidente da República de São Tomé e Príncipe, na qualidade de Coordenador da «Cimeira dos Cinco».

Tivemos igualmente a honra de sermos anfitriões do Presidente da Jugoslávia e do Presidente em Exercício da OUA e Presidente da República do Senegal, que vieram à República Popular de Moçambique em visita oficial e de trabalho. Tivemos igualmente o prazer de acolher o Presidente da República Portuguesa em visita privada e de amizade.

As celebrações do 10.º aniversário da Independência Nacional constituíram um ponto importante do nosso relacionamento com a Comunidade Internacional. Representantes de todos os cantos do Mundo vieram participar connosco na festa da nossa liberdade.

Entre os participantes, salientem-se os Chefes de Estado de Angola, Boatswana, Cabo Verde, Tanzânia, Zâmbia e o Primeiro-Ministro do Zimbábue.

Em 1985, foram inúmeros os encontros internacionais que tiveram a activa participação da República Popular de Moçambique.

Menção especial merece a nossa participação, em Nova Iorque, nas celebrações do 40.º aniversário da criação das Nações Unidas, que coincidiu com o 25.º aniversário da Declaração sobre a Concessão de Independência aos países e povos colonizados.

Neste fórum mais universal das Nações, apresentámos a nossa percepção sobre a situação internacional e a contribuição moçambicana para a solução dos problemas que hoje enfrentamos.

Procedemos à acreditação de Embaixadores da República Popular de Moçambique na França, no Reino da Bélgica, na Confederação Helvética, no Paquistão, no Ruanda, no Quénia, nas Comores e no Uganda, e junto da CEE.

Recebemos, pela primeira vez, as Cartas Credenciais do Embaixador da República Federal Islâmica das Comores.

Excelências,

A situação económica internacional deteriorou-se perigosamente em 1985, afectando, com maior violência, os países em desenvolvimento e, muito em particular, os países africanos. A dívida externa dos países africanos tem crescido de uma forma alarmante.

Os dirigentes africanos, conscientes de que a solução dos problemas que afectam o Continente tem de partir de si próprios, dedicaram a 21.ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana, à discussão dos problemas económicos.

A Cimeira traçou um programa prioritário para os próximos anos que visa criar as condições para a auto-suficiência nacional e colectiva, e para o desenvolvimento económico do nosso Continente.

A Cimeira da OUA considerou também que medidas excepcionais são necessárias para reduzir o enorme fardo da dívida e para promover o desenvolvimento das economias africanas.

Apoiamos as iniciativas para a realização de uma Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada à crítica situação económica em África, a ter lugar este ano.

Excelências,

Apesar das adversidades que retardam o desenvolvimento dos países e povos africanos, o nosso Continente possui, na diversidade do seu clima, mares e rios, solos e sub solos, imensas potencialidades económicas, promissoras de um futuro alegre e próspero.

O nosso País é rico em recursos naturais, hídricos, minerais, energéticos, agrícolas, florestais, pecuários, pesqueiros, turísticos e é beneficiado de um clima propício ao desenvolvimento agrícola.

O nosso povo é trabalhador e disciplinado. O nosso País ocupa uma posição geo-estratégica importante na África Austral e constitui uma porta aberta a um vasto mercado nacional,

regional e internacional. A utilização correcta destes importantes recursos para benefício do nosso povo e da região, constitui nossa preocupação.

Ciente desta realidade, o Governo moçambicano publicou a Lei dos Investimentos Estrangeiros que define os princípios, as garantias, obrigações e os incentivos dos investidores estrangeiros em Moçambique.

Neste primeiro ano da sua aplicação, registámos um afluxo de propostas concretas de investimentos identificados e apresentados para autorização, por diversos investidores estrangeiros.

As áreas propostas de investimentos têm-se diversificado nos domínios da agricultura e agro-indústria, turismo e hotelaria, recursos minerais, pescas, exploração florestal e indústria ligeira.

Estamos esperançados de que neste ano haverá um incremento de propostas de investimentos com concurso e cooperação do Corpo Diplomático acreditado no nosso País. Vossas Excelências saberão, junto dos vossos países, interessar Governos, organizações, empresas, homens de negócios, a investir no nosso País em empreendimentos de capitais mistos com empresas moçambicanas, ou com capitais exclusivamente estrangeiros. Esta é uma forma importante de contribuir para a paz, para a recuperação económica e o progresso de Moçambique.

Senhores membros  
do Corpo Diplomático,  
Minhas Senhoras e  
Meus Senhores

O novo ano nasce sob o signo da paz. As nossas vitórias e a consciência mais profunda da humanidade em evitar a guerra e promover o progresso das Nações, dá-nos mais alento e confiança para este ano de 1986.

Estamos convictos de que os problemas que a humanidade enfrenta, apesar da sua crescente complexidade, serão encarados e resolvidos com maior realismo e justiça.

Encaramos o futuro sempre com optimismo e esperança de um dia mais radiante e mais risonho. É esta a esperança que acalenta o nosso povo, fundamenta a nossa convicção e anima a nossa determinação de lutar e vencer.

Peço que sejam fiéis portadores dos nossos votos de felicidade e de maiores e novos êxitos para o Ano de 1986 para os vossos distintos Chefes de Estado e de Governo, bem como para os vossos povos.

Aos membros do Corpo Diplomático e suas famílias, desejamos um Feliz Ano Novo e muitos sucessos no desempenho da vossa nobre missão na República Popular de Moçambique.

A todos os presentes desejo um Ano de 1986 feliz e próspero.

Convido a que se juntem a mim num brinde:

- à saúde dos vossos distintos Chefes de Estado e de Governo;
- à amizade e cooperação entre os nossos povos e Estados;
- à saúde e felicidade de todos os presentes e suas famílias;
- à paz em todos os Continentes;
- Feliz Ano Novo!

A Luta Continua!  
Muito Obrigado.